

Sengés: a cidade das tribos, das tropas, dos trilhos e das toras. A cidade que esteve presente nos dois principais momentos da História do Paraná nos últimos dois séculos: o Tropeirismo (XVIII e XIX) e a Revolução de 1930.

O município de Sengés, situado no nordeste do Estado do Paraná já foi berço dos índios das etnias Kaingang, Guarani e Xetá e deu início ao seu processo de colonização entre os séculos XVIII e XIX. Neste período a região meridional do país possuía uma economia voltada para o ciclo do gado. Através de um sistema de caminhos que ligava o Sul do Brasil até a província de São Paulo, desenvolveu-se um intenso comércio entre essas regiões, promovendo a sua integração e o surgimento de inúmeras vilas e cidades nos locais por onde os tropeiros passavam.

A então 5ª Comarca da Província de São Paulo, hoje Estado do Paraná, mantinha comunicação intensa na região dos Campos Gerais com a Província de São Paulo, através da Estrada da Mata. Por esta estrada deslocavam-se tropas de gado muar e bovino, provenientes de Viamão, no Rio Grande do Sul, com destino à feira de Sorocaba, em São Paulo.

Devido a esta atividade econômica, formaram-se, no atual território paranaense diversas vilas, que deram origem às cidades.

Pouco a pouco toda a região ao longo do Caminho das Tropas foi se tornando conhecida, sendo que além dos tropeiros, percorreram a região também muitos exploradores, viajantes e naturalistas vindos da Província de São Paulo, entre eles podemos citar Jean Baptiste Debret (1768 -1848). Debret retratou a paisagem e os costumes brasileiros das diversas regiões por onde passou. Em 1927, chegou à 5ª Comarca da Província de São Paulo, seguindo o Roteiro das Tropas desde Itararé até Curitiba, passando por Paranaguá e Guaratuba, até atingir o litoral de Santa Catarina. No Paraná, Debret registrou em sua obra aspecto das vilas de Castro, Jaguariaíva, Ponta Grossa, Palmeira, Curitiba, Lapa (então, Vila do Príncipe), e Guarapuava.

No município de Sengés, na época pertencente à Comarca de Jaguariaíva Debret retratou: “Paisagem do Rio Jaguariatú”, rio que banha os municípios de Jaguariaíva e Sengés, “limites da Província de São Paulo e Curitiba”, limites dos atuais estados de São Paulo e Paraná.

Na passagem da Barreira, e (Funil de Longavai), no rio do Funil afluente do rio Itararé. Essas aquarelas fazem parte atualmente da coleção particular dos Marqueses de Bonneval, em São Paulo. Assim caminho das tropas Sengés possuía um trânsito intenso de muares, que faziam parada às margens do rio Jaguariatú, para descanso e alimentação.

A partir desta movimentação contínua, registros do IBGE (1959) apontam que os primeiros moradores a se instalarem de fato no município foram os senhores João Camilo Barbosa e Manoel Alexandre Hening, os quais chegaram às margens do rio por volta de 1893, atraídos pelo solo fértil da região e das riquezas naturais existentes. Desde logo iniciaram a plantação de milho e a criação de gado e suíno.

Destacamos aqui a importância que o rio Jaguaricatú teve na história do município, pois serviu como marco, tanto para os tropeiros, quanto para os demais pioneiros moradores, que viram às suas margens a possibilidade de um rico e próspero futuro.

Diante disso, foram surgindo estabelecimentos comerciais para que as necessidades dos transeuntes fossem atendidas, como o por exemplo o estabelecimento comercial do senhor Joaquim Ferreira Lobo, que muito contribuiu para o desenvolvimento do município.

Preocupados então com o isolamento geográfico da região Sul do país, o governo central impulsionou a criação da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, a qual interligaria os sistemas ferroviários de São Paulo, aos existentes no Rio Grande do Sul, passando por Sengés, Jaguariaíva, Pirai do Sul, Ponta Grossa, União da Vitória.

Em 1908 deu-se a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, mais tarde denominada

Rede Ferroviária Federal S/A, atualmente desativada neste município. Com a estrada de ferro veio a estação, que batizada de “Sengés” homenageava o seu então idealizador, o engenheiro carioca, descendentes de franceses, responsável pelo trecho, Gastão Alberto Sengés.

Os trilhos trouxeram o progresso. Novos moradores começaram a chegar e serrarias foram sendo instaladas a fim de explorar a quantidade considerável de pinheiro que cobria a região.

Em 1910, devido ao crescimento do povoado de Sengés foi instalada a Coletoria Estadual, posteriormente denominada Agência de Rendas.

Em 1912 chegou ao povoado, vinda do Sertão de Cima, do Bairro Espigão Alto, município de Jaguariaíva, a família do senhor Martinho Jorge, que muito viria a contribuir para o desenvolvimento desta terra, uma vez designado como “administrador de mapas” e posteriormente Delegado de Polícia, da fazenda Tucunduva, uma das duas que ocupava as terras onde se levantou a cidade. Nesta mesma época chegaram também as famílias de Marciano Miranda, Francisco Teodoro, Antônio Maciel, Nenê Sobrinho, as quais também exerceram grande influência na evolução de Sengés.

Em 24 de dezembro de 1915 foi criado o Distrito Policial e em 30 de março de 1917, através da Lei Estadual nº 1.709, foi elevado a Distrito Judiciário com o nome de “Jaguaricatú” que em Tupi Guarani significa “Rio bom das onças”.

Ambrósio Jorge, filho de Martinho Jorge, que sempre se caracterizou por uma vida dinâmica e grande dedicação à causa desta terra, deu início a um movimento para conseguir que o dono daquela fazenda cedesse parte de suas terras para a instalação da vila. Por isso em 1920 o senhor Ambrósio Jorge dirigiu-se ao Rio de Janeiro obtendo junto ao Comendador Antônio Fernandes dos Santos, dono da Fazenda Tucunduva, a doação de 25 alqueires de terra para o patrimônio público do distrito e ainda 10 alqueires, na saída atual para São José da Boa Vista, para a construção de um colégio agrícola.

A outra parte da cidade, isto é, a que fica à margem direita do Rio Jaguaricatú e esquerda da fazenda Morungava foi adquirida daquela fazenda conforme escritura pública da compra e venda lavrada no Tabelião Castro, desta cidade, em 16 de outubro de 1963; registrada no registro geral de imóveis da mesma comarca, em 22 de outubro de 1963. A área desta parte é de 296.885 m² e composta de 318 lotes.

O ano de 1930 foi marcado na História Nacional e também para o pequeno Distrito Judiciário de Jaguaricatú. Com as eleições presidenciais fraudulentas de 1º de março de 1930, o paulista Júlio Prestes do Partido Republicano Paulista (PRP) sucede o então presidente Washington Luiz. A 03 de outubro do mesmo ano explodem em todo o país forças militares revolucionárias. O movimento começou no Rio Grande do Sul, sobre a chefia do então governador Getúlio Vargas pelo partido da Aliança Liberal. No Paraná as forças Revolucionários tiveram o comando do Major Plínio Tourinho. No dia 05 de outubro, com a fuga do presidente da província do Paraná, Afonso Alves de Camargo, pelo Litoral Guaraqueçaba e Cananéia, em direção à São Paulo o Major Tourinho elevado a general de brigada e ocupando o posto de comandante da 5ª Região Militar (Estado do Paraná e Santa Catarina), nomeou seu irmão Mário Alves Monteiro Tourinho para a presidência da Província (Tourinho 1980).

No dia 06 de outubro o General Tourinho organizou vários destacamentos a fim de garantir a Revolução:

1. Seguiram para a região da capela do ribeira (limite com São Paulo) a terceira Companhia do 15º Batalhão de Cavalaria e uma companhia da Polícia Militar do Paraná, sob o comando do Tenente Álvaro da Silva Braga, o IV Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria de Dorso sobre o comando do Tenete Murat Guimarães; e, uma sessão de Artilharia de Dorso sob o comando do Tenente

Nascimento.

2. Na direção do município de Cerro Azul seguiu outra companhia da Polícia Militar do Paraná.

3. Para frente de Itararé, na divisa com São Paulo, deslocou-se o 13º Regimento de Infantaria e alguns batalhões do Rio Grande do Sul estabeleceram-se na frente de Itararé impedidos de seguir a diante devido a interdição da via férrea provocada pela ação do 5º Regimento de Cavalaria Divisória de Castro, os quais aderiram aos paulistas.

O 15º Batalhão de Cavalaria após a retomada de Joinville dos legalistas, seguiram no dia 13 de outubro para o front de Itararé, por via férrea passando por Ponta Grossa, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés, onde chegaram no dia 16.

O General João Gualberto Gomes de Sá Filho, (Tourinho 1980) narrou com detalhes as batalhas travadas no município de Sengés, entre as forças revolucionárias do Rio Grande do Sul e Paraná, e as forças legalistas de São Paulo:

“No mesmo dia 16 o 15º Batalhão de Cavalaria recebeu ordens para seguir a linha de frente, prolongando o flanco direito de Morungava, fazendo um largo desbordamento da região de mato preto (Município de Cerro Azul). Sob o fogo das tropas legais o flanco direito do 13º Regimento de Infantaria desbordando as linhas inimigas num momento bastante longo e profundo. Ao mesmo tempo a primeira companhia, sobre o comando do capitão Chaves alcançou a linha de frente, recebendo apoio do 9º regimento da Artilharia montada sob o comando do Capitão João Garcez do Nascimento. Neste ataque foi morto em combate o comandante do 15º Batalhão de Cavalaria o Tenente Álvaro da Silva Braga num ataque que a segunda Companhia realizava, recebeu apoio de uma sessão da Artilharia do 5º Regimento de Artilharia de Dorso sob o comando do 2º Tenente Newton Barra. Avançando contra as posições de Morungava debaixo de uma chuva torrencial e sob fogo cerrado das tropas legais, a companhia avançou cerca de dois quilômetros alcançando o arroio funil e as barracas do rio Itararé fazendo face ao general Paes de Andrade (Comandante das forças Legalistas de São Paulo) e finalmente, quando se faziam os preparativos para o ataque que aconteceria no dia 24 de outubro, apoiado por reforços de infantaria que chegam ao Sul chegou a notícia da prisão do presidente Washington Luis, sendo o governo assumido por uma junta militar. Os oficiais da frente de combate foram para o Rio de Janeiro, para posse de Getúlio Vargas”.

No dia seguinte, pela manhã, um trem proveniente de São Paulo, com tropas e armas, provavelmente para dinamitar a ponte ferroviária aqui chegou e, devagar, ia já subindo uma curva que contorna o local do cemitério municipal, quando foi surpreendido por tiros em sua direção. A patrulha já referida encontrava-se acompanhada de uns 500 metros da estrada de Ferro e atirou pretendendo com isso “avisar” os paulistanos de que já havia aqui força Revolucionária. Esse trem retrocedeu imediatamente e embora o malogro da expedição a população já um tanto assustada começou a abandonar a vila indo alojar-se em sítios e fazendas aos arredores. Dentro de um ou dois dias chegaram as tropas do Sul, sendo as primeiras compostas de batalhões de Curitiba e do 13º R.I. de Ponta Grossa, que se entrincheiraram-se, principalmente junto a Estação. Suas trincheiras eram tipo valeta da arte alemã, cheias de zig zag.

Quase ao mesmo tempo os paulistas também chegaram entrincheirando-se pouco acima do atual Colégio Professor Erasmo Braga, um dos pontos mais altos da cidade até então.

A casa do senhor Daniel Jorge, serviu de quartel e o Templo Presbiteriano de hospital de emergência de onde os feridos eram levados para Castro. Um pequeno avião, o “vermelhinho paulista” fez vários ataques à Vila atirando bombas em muitos locais, e assustando a população, fazendo com que muitos fossem para a área rural.

Tomaram parte ativa nessa Revolução os então soldados Salomão Jorge e Augusto Pereira, ambos desta localidade.

Houve combate sangrento sendo um dos piores o que se deu no dia 23 de outubro em que morreu o Coronel Izaltino Pinho (Título – Post Mort), então o capitão do 13º R.I. de Ponta Grossa, seu nome permaneceu por muito tempo em uma das estações ferroviárias deste município.

Em 24 de outubro, com a morte do Coronel Izaltino, coincidindo com o término da Revolução, as

tropas retiraram-se da povoação deixando atrás de si um saldo de muitos buracos pelas ruas, sinais por toda parte, casas danificadas. Felizmente não há registro de vítimas da localidade, apenas das tropas em combate.

A Emancipação Política.

Desde 1927 o povoado apresentava condições para a vida política e administrativa; assim sendo seus moradores reclamavam este direito, que lhe foi concedido pelo Decreto Lei Estadual nº269 de fevereiro de 1934, nos seguintes termos, em seu artigo 1º:

“É elevado a categoria de Município Judiciário de Jaguaricatú, até então pertencente ao município de Jaguariáiva, o qual passará a ter denominação de Sengés, que será sua sede, continuando sob a jurisdição da Comarca daquele nome”

O senhor Ambrósio Jorge um dos grandes trabalhadores para que esse ideal se consumasse, de volta da capital estadual, quando de posse do documento comprovador da emancipação, foi recebido com grande festa e alegria pela população. Dizia que era significativa a vitória alcançada e concitava o povo para que em um ambiente de paz, fraternidade e concórdia trabalhasse pelo engrandecimento do nosso município.

Assim a 8 de fevereiro de 1934 o Distrito Judiciário de Jaguaricatú passa a categoria de município, denominando-se Sengés, estendendo a homenagem feita ao senhor Gastão Alberto Sengés, que já havia sido homenageado anteriormente na nomeação da já citada estação.

A 28 de fevereiro de 1934 havia sido nomeado prefeito do município Durval Jorge pelo interventor federal senhor Manoel Ribas.

A instalação do Município do Município deu-se dia 1º de março de 1934, data esta que ficou sendo considerada Dia do Município.

Em 1944 Sengés foi elevada a Termo Judiciário e em 1949 a Comarca de Primeiro Instância.

Desde então Sengés vem se desenvolvendo e hoje é um município bonito, bem cuidado e acolhedor. Cercado de riquezas naturais, privilegia quem aqui mora e acolhe todo aquele que vem para conhecer e desfrutar de seus encantos.